



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$24

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 50\$	Semestre 26\$00
A 1.ª série . . .	30\$	„ 18\$00
A 2.ª série . . .	20\$	„ 12\$00
A 3.ª série . . .	15\$	„ 10\$00

Avulso: Número de duas páginas 5\$5;
de mais de duas páginas 80\$ por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado), é de \$60 a linha, acrescido de \$01,5 de selo por cada um. Excepção fazem-se os casos previstos nos §§ 1.º e 2.º do artigo 3.º da lei n.º 1.023, publicado no *Diário do Governo* n.º 169, 1.ª série, 31-VIII-1920.

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Lei n.º 1:119, criando uma assemblea primária na freguesia de Cumieira, concelho de Penela.

Ministério da Justiça e dos Cultos:

Decreto n.º 7:334, suprimindo um lugar de notário na sede da comarca de Resende.

Decreto n.º 7:335, cedendo definitivamente à Administração Geral dos Correios e Telégrafos, mediante a quantia de 500\$, a casa onde está instalada a estação telégrafo-postal de Ancião.

Decreto n.º 7:336, cedendo definitivamente à Junta de Freguesia de S. Tiago e anexas, concelho de Alcácer do Sal, a antiga residência paroquial em ruínas de Santa Catarina de Sítimos, para construção de um edifício escolar.

Decreto n.º 7:337, cedendo à Junta de Freguesia de Amieira, concelho de Nisa, a igreja de Vila Flor, em ruínas, para construção de uma escola.

Decreto n.º 7:338, anulando os decretos de 22 de Agosto de 1913 e de 18 de Dezembro de 1916 que concederam à Câmara Municipal da Lousã os antigos presbitérios das freguesias de Serpins e Vilarinho.

Decreto n.º 7:339, anulando o decreto n.º 6:918, de 4 de Setembro de 1920, referente à cedência do antigo presbitério da freguesia de S. João dos Montes, concelho de Vila Franca de Xira, à Junta da mesma freguesia.

Decreto n.º 7:340, cedendo definitivamente à Junta de Freguesia de S. João do Souto, concelho e distrito de Braga, uma porção de terreno da cerca do antigo seminário, a fim de ser aplicado a recreio das crianças que frequentam a escola contígua à referida cerca.

Decreto n.º 7:341, cedendo à Junta de Freguesia de Alvendre, concelho e distrito da Guarda, a antiga residência paroquial e cerca anexa, para instalação de uma escola e residência do professor.

Decreto n.º 7:342, incluindo na cedência feita à Câmara Municipal de Penedono pelo decreto n.º 7:045 o pátio anexo à casa cedida.

Decreto n.º 7:343, cedendo, a título de arrendamento, à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra a galeria inferior e loja contígua da área norte do claustro da Sé Nova daquela cidade, a fim de ali se instalarem os laboratórios do Museu Mineralógico e Geológico.

Decreto n.º 7:344, cedendo a título definitivo à Junta de Freguesia de Maçã do Chão, concelho de Celorico da Beira, a antiga residência paroquial em ruínas, seus reductos e anexos, para construção de um edifício escolar.

Decreto n.º 7:345, prolongando o prazo para conclusão das obras nos passais das freguesias de Santa Maria e S. Pedro, cedidos à Câmara Municipal da Covilhã pelo decreto n.º 6:919, para instalação respectivamente de um quartel para a guarda republicana e da Repartição de Finanças.

Ministério das Finanças:

Portaria n.º 2:628, criando um posto fiscal na povoação das Graças, que ficará fazendo parte da secção de Montalegre da 4.ª companhia do batalhão n.º 3 da guarda fiscal.

Ministério do Comércio e Comunicações:

Decreto n.º 7:346, fixando a taxa dos telegramas oficiais a que se refere o n.º 1.º do artigo 93.º da Organização dos serviços postais, telegráficos, telefónicos, semafaricos e da fiscalização das indústrias eléctricas, aprovada pela lei n.º 5:786, de 10 de Maio de 1919.

Ministério das Colónias:

Decreto n.º 7:347, acatando o disposto no artigo 19.º da lei n.º 1:022, de 20 de Agosto de 1920, que regula o funcionamento dos Conselhos Legislativos das Colónias.

Decreto n.º 7:348, extinguindo a actual secção de policia judiciária do corpo de policia civil de Lourenço Marques, e criando em sua substituição uma direcção de policia judiciária.

Decreto n.º 7:349, promovendo a primeiros sargentos os segundos sargentos artífices pertencentes às forças coloniais que satisfaçam a determinadas condições.

Portaria n.º 2:629, mandando passar ao estado de completo desarmamento a canhoneira *Rio Sado*.

Ministério do Trabalho:

Portarias n.º 2:630, 2:631 e 2:632, concedendo diversos subsídios pela verba destinada no orçamento ao pagamento de despesas relativas à crise de trabalho.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Lei n.º 1:119

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É criada uma assemblea eleitoral primária na freguesia de Cumieira, concelho de Penela, constituída pelos eleitores da mesma freguesia,

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 19 de Fevereiro de 1921.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*Liberato Damião Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

1.ª Repartição

Decreto n.º 7:334

Atendendo ao que representou a Câmara Municipal de Resende e ao parecer do Conselho Superior do No-